



JORNAL DA ANAMATRA

Anamatra contra a corrupção

P. 4. Entidade propõe projetos anticorrupção à Câmara dos Deputados

Justiça do Trabalho

P. 8. Anamatra recebe advogados trabalhistas e auditores fiscais do trabalho para debate sobre a competência penal da Justiça do Trabalho

Campanha “Sempre ao seu lado” chega à Bahia

P. 12. Cerca de 30 juízes esclareceram dúvidas de empregados e empregadores em Salvador

Trabalho, Justiça e Cidadania

P. 16. Programa é executado em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Espírito Santo

JUÍZES DO TRABALHO DEFENDEM INDEPENDÊNCIA ORÇAMENTÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO



A Anamatra e representantes das 24 Amatras reafirmaram a defesa pela independência orçamentária do Poder Judiciário ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, em reunião na sede da entidade no dia 29. Além disso, os magistrados ressaltaram a insuficiência da proposta geral de reajuste, no valor de 15,8%, oferecida pelo Governo Federal.

“A magistratura não tem política salarial. Talvez seja a única classe trabalhadora que não tem uma política salarial. E nós já tivemos perda de poder de compra de cerca de um terço dos nossos vencimentos”, afirmou o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

A reunião também contou com a presença dos juízes auxiliares do ministro, Luciano Athayde (ex-presidente da Anamatra), Mozart Valadares e Fernando Matos, e dos presidentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo, da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Alexandre Camanho, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Antonio Marcos Dezan, da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis-DF), Gilmar Soriano, e da vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, entre outras autoridades.

Durante o encontro Anamatra entregou ao ministro Ayres Britto um abaixo-assinado contendo mais de duas mil assinaturas de juízes do Trabalho de todo o país, ressaltando problemas como a falta de segurança para os magistrados, a necessidade da preservação da previdência pública e de uma política remuneratória racional e efetiva.

No abaixo-assinado a Anamatra aponta para a necessidade de medidas contundentes para garantir a imperatividade da Constituição, muitas vezes relativizada sob fundamento de ordem econômica que não se coadunam com os sucessivos recordes de arrecadação. O pedido é para que o presidente do STF busque com os demais Poderes da República a aprovação de projeto de lei que garanta a imediata recomposição integral da inflação (36,08%), e não sendo isso possível, que o Supremo supra a omissão legislativa julgando os Mandados de Injunção que tratam da matéria. A entidade também aproveitou a visita do presidente do Supremo para entregar-lhe uma placa alusiva à visita e uma foto da participação do ministro do 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat) realizado em maio deste ano em João Pessoa.

Expediente

PRESIDENTE:

Renato Henry Sant'Anna

(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE:

Paulo Luiz Schmidt

(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL:

Fabício Nicolau dos Santos Nogueira

(Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO:

João Bosco de Barcelos Coura

(Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO:

Gilberto Augusto Leitão Martins

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Cléa Maria Carvalho do Couto

(Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

E ASSUNTOS JURÍDICOS:

Vitor Leandro Yamada

(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:

Germano Silveira de Siqueira

(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:

Narbal Antônio de Mendonça Fileti

(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS:

André Machado Calvancanti

(Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA:

Valter Souza Pugliesi

(Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS:

Terezinha Célia Kineipp Oliveira

(Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS:

Sandra Miguel Abou Assali Bertelli

(Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL:

Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia),

Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco),

Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul);

SUPLENTE:

Adib Pereira Netto Salim

(Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608

Brasília/DF CEP: 70316-000

NA INTERNET: www.anamatra.org.br

CONTATO: (61) **3322.0266 / 3321.7388**

imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS

RESPONSÁVEIS:

Mariana Monteiro (7859/DF)

Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

DIAGRAMAÇÃO:

Clarissa Teixeira e Luisa Bravo

Carta ao Associado

Caros colegas,

Dirijo-me mais uma vez a vocês para apresentar o Jornal Anamatra referente ao mês de agosto. Gostaria, entretanto, que o momento fosse de um pouco mais de júbilo para a Justiça do Trabalho, quiçá para o Poder Judiciário em nosso país. Mas, todos sabemos, a magistratura passa por um momento de extrema dificuldade pela constante desvalorização e desrespeito às nossas prerrogativas. Nessa seara, o nosso Jornal traz como destaque em sua capa a visita que recebemos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto, para participar de reunião do Conselho de Representantes. O ministro compareceu e pudemos expor nossas angústias e tivemos, como sempre, boa receptividade às nossas ideias e posicionamento.

Os magistrados do Trabalho entendem que a proposta do Governo Federal para o Poder Judiciário não é justa e não pode ter a chancela das associações, da base da magistratura. Mais que isso, trata-se de uma proposição que vai de total encontro aos princípios constitucionais assegurados a toda a magistratura brasileira, além de representar afronta à separação dos Poderes. Na prática, basta uma "passada de olhos" pelas 24 regionais para visualizarmos que diariamente temos que lidar com sobrecarga de trabalho, estrutura deficiente – física e de pessoal - das Varas e com a insegurança que tem aumentado consideravelmente. Não podemos, além disso, continuar carentes de uma política remuneratória racional e efetiva. Sem falar, ainda, da previdência pública e do adicional por tempo de serviço, outras bandeiras que devemos empunhar.

Ao lado dos assuntos institucionais, o Jornal também traz iniciativas de nossa Associação que são ordenadas pelo nosso estatuto, entre elas a de pugnar por uma sociedade mais justa. Lançamos uma campanha contra a corrupção em nosso país, que culminou com a sugestão à Câmara dos Deputados de propostas legislativas que dobrem as penas mínimas de crimes relacionados à corrupção e alteram as leis que tratam do Sistema Tributário Nacional e do Sigilo das Operações Financeiras.

A campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado" também é pauta de nosso Jornal, que mostra como foi o atendimento à comunidade de um dos bairros mais carentes da capital baiana, o Bairro da Paz. Nesses eventos o juiz tem a oportunidade de sair de seu gabinete e seus processos e estar ainda mais perto do cidadão, seja ele empregado ou empregador. Os "tira-dúvidas", como vêm sendo chamados os nossos mutirões, são um sucesso de público, que sai satisfeito com aquilo que todos queremos, que é o esclarecimento a respeito de direitos e deveres. Acreditamos que lutar por um país mais digno e justo é papel de toda entidade de classe, incluindo a dos magistrados do Trabalho.

Ainda querendo cuidar ainda mais de nosso mundo do trabalho, a Anamatra vem atuando pela competência penal da Justiça do Trabalho em apoio à proposta legislativa (PEC nº 327/2009) que transfere para a Justiça do Trabalho a competência penal, especialmente em relação aos crimes relacionados ao trabalho. Trata-se aqui de dar a contribuição do juiz do Trabalho no combate a toda e qualquer violação de direitos no mundo do trabalho, a exemplo do que acontece com o trabalho escravo. Acreditamos que a matéria de fundo é de Direito do Trabalho e somos e precisamos estar aptos a dar uma resposta mais célere a esses cidadãos.

Portanto, colegas, o momento é de luta, não só pelas nossas prerrogativas, mas também por uma sociedade melhor e por um mundo do trabalho mais justo e fraterno. A Anamatra conta com o apoio de todos os seus associados.

Uma boa leitura a todos.

Paulo Luiz Schmidt

Vice-presidente da Anamatra



Foto: Paula Simas



VICE-PRESIDENTE DA ANAMATRA DEBATE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, participou no dia 16 do seminário "Precarização do trabalho: desafios e perspectivas". O evento, que aconteceu na Assembleia Legislativa de São Paulo, foi promovido pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino.

Os debates giraram entorno dos projetos de lei que estão em tramitação no Congresso que estabelecem regras para a terceirização de serviços, em especial do Projeto de Lei (PL) nº 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB/GO).

Em sua intervenção, Schmidt afirmou que da forma como está sendo encaminhada, a terceirização vai empobrecer a classe trabalhadora e junto com ela o próprio país. "É um engodo o argumento de alguns setores de produção de que a redução de direitos vai permitir que as empresas invistam", ponderou.

O seminário, que reuniu entidades sindicais, juízes, advogados, estudiosos, representantes de parlamentares, de centrais sindicais e da superintendência Regional do Trabalho, contou com a parceria do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização e o apoio da Liderança do PT.

"É um engodo o argumento de alguns setores de produção de que a redução de direitos vai permitir que as empresas invistam"

Paulo Schmidt

* Com informações da Assessoria do deputado

ANAMATRA PROPÕE À CÂMARA DOS DEPUTADOS PROJETOS ANTICORRUPÇÃO



Fotos: Arquivo Anamatra

Dirigentes da Anamatra e juizes do Trabalho de diversas regiões do país estiveram na tarde do dia 28 na Câmara dos Deputados para protocolar duas sugestões de projetos de lei para combater e inibir a prática de corrupção no país. Os projetos dobram as penas mínimas de crimes relacionados à corrupção e alteram as leis que tratam do Sistema Tributário Nacional e do Sigilo das Operações Financeiras. A ação dos magistrados faz parte da campanha “Anamatra no combate à corrupção”, lançada no mesmo dia [\(clique para ler mais\)](#).

Entre os parlamentares contactados estiveram o deputado Francisco Araújo (PSD-RR), da Comissão de Legislação Participativa, onde foram protocoladas as sugestões, e o senador Pedro Taques (PDT- MT), da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e relator da proposta de reforma do Código Penal. “A luta contra a corrupção sempre foi uma bandeira da Anamatra, atuando, por exemplo, no Conselho Nacional de Justiça e em iniciativas de efetivação da cidadania”, ressalta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

A iniciativa da Anamatra de lançar a campanha e elabo-

rar os projetos anticorrupção foi aprovada como tese no 16º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado em maio, em João Pessoa [\(clique para saber mais\)](#). As mudanças incluem: a elevação das penas mínimas para os crimes de corrupção, concussão e peculato, com a qualificação de tais tipos como crimes hediondos e a tramitação prioritária de tais ações penais; a criação de um Conselho de Ética Pública para prevenir a prática da corrupção; e a informatização de todo o procedimento licitatório, com a criação de um Sistema Eletrônico de Licitação.

“Nosso Código Penal transmite a mensagem que vale a pena cometer tais crimes. Está mais do que na hora de mudar essa situação”, avalia o juiz Germano Siqueira, diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra. O magistrado também ressalta a necessidade da mudança no procedimento licitatório. “O que queremos é um sistema seguro, partindo este procedimento da premissa que deve imperar em todo certame público: o sigilo de identidade dos interessados até o estágio em que a análise pública e objetiva dos dados dos concorrentes impeça favorecimento viciado por fins escusos”.

Foto: Arquivo Anamatra



AUDIÊNCIAS

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O presidente e o vice-presidente da Anamatra, respectivamente, Renato Sant'Anna e Paulo Schmidt, estiveram na tarde do dia 8 com o coordenador da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, deputado Francisco Praciano (PT-AM). No encontro os magistrados conversaram com o parlamentar sobre a campanha da Anamatra, bem como outras iniciativas da entidade de promoção da cidadania, a exemplo do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, que leva noções de direito a diversas regiões do país. *A*

[Clique aqui e aqui para conhecer as propostas da Anamatra](#)

MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, recebeu no dia 14 a diretora colegiada do Movimento de Combate à Corrupção (MCCE) Jovita José Rosa. O encontro também contou com a participação do diretor Financeiro da Anamatra, Gilberto Martins, e do juiz Rossifran Souza, diretor da Amatra 10 (DF e TO).

No encontro os magistrados conversaram com a diretora sobre a campanha que a Anamatra lançou com objetivo de combater a corrupção no país. Uma das iniciativas foi a entrega de duas sugestões de projetos de lei sobre o tema à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. *A*




Foto: Arquivo Anamatra

MANIFESTO ALERTA PARA PROPOSTA LEGISLATIVA QUE QUER REDUZIR DIREITOS TRABALHISTAS

Juizes, advogados e entidades subscreveram um manifesto contra uma proposta legislativa, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), que pretende reduzir direitos trabalhistas. “O projeto assume como pressuposto a necessidade de redução dos direitos trabalhistas como impulso para o desenvolvimento ou mesmo para o enfrentamento de uma possível crise econômica”, consta do documento elaborado pelo juiz do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior, da 15ª Região.

O manifesto explica que a proposta legislativa não trata de incentivar a autonomia negocial, como vem sendo divulgado SMABC. “Autonomia negocial, para melhorar as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, nunca deixou de existir. A negociação com este objeti-

vo, aliás, sempre foi incentivada pelo Direito do Trabalho, desde a sua formação”, pontua.

A Anamatra vem acompanhando diversos projetos no Congresso que representam uma ameaça de precarização do trabalho, entre eles a proposta que visa à regulamentação da terceirização e o Simples Trabalhista. “O governo deveria se posicionar contrariamente a qualquer iniciativa desse tipo e não apoiar projetos que, ao fim e ao cabo, comprometem a dignidade dos trabalhadores. É preciso cobrar uma posição política clara do governo em torno desses projetos, o que até o momento não ocorreu”, alerta o diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira. 

Confira abaixo a íntegra do manifesto:

NÃO AO PROJETO DE ACORDO COM PROPÓSITO ESPECÍFICO DO SMABC

O estudo do Direito do Trabalho no Brasil foi, durante muito tempo, deixado em segundo plano nos currículos das Faculdades, o que, por certo, dificultou a compreensão de sua pertinência e de seus objetivos. Além disso, a legislação trabalhista brasileira, que é muito recente, tem uma origem bastante complexa e sem o devido estudo pode deixar graves falsas impressões.

Tecnicamente, o Direito não se resume à literalidade da lei, tratando-se, sobretudo, de um conjunto valorativo historicamente construído com o objetivo de permitir a necessária evolução da condição humana. De forma mais restrita, mas sem perder a noção do todo, o Direito do Trabalho volta-se à melhoria da condição social e econômica do trabalhador, constituindo, de certo modo, a essência dos Direitos Humanos no modelo de sociedade capitalista, na medida em que a relação entre o capital e o trabalho é o ponto central desse modelo.

O Direito do Trabalho, instituído para servir ao padrão capitalista, não se predispõe, obviamente, a obstar o desenvolvimento econômico, muito pelo contrário, até porque muitas de suas normas estão vinculadas a um suporte financeiro. No entanto, tem por base a compreensão, historicamente percebida, de que o desenvolvimento econômico não representa, por si, desenvolvimento social e de que há valores humanos a preservar, independentemente, do dinheiro. Em suma, o projeto econômico tem sua validade submetida à formação de uma consciência em torno da essência humana e deve financiar a efetivação do conjunto valorativo que dessa consciência decorre, o que é plenamente justificável, na medida em que, como já reconhecido desde a Rerum Novarum, toda riqueza emana do trabalho.

Desse modo, visualizar o Direito do Trabalho como obstáculo ao desenvolvimento econômico equivale a um só tempo desconhecer o que

representa o Direito do Trabalho e a preconizar que valores humanos são desprezíveis.

É inconcebível, por conseguinte, ver surgir um projeto de lei, encampado por importante segmento da classe trabalhadora, que assume como pressuposto a necessidade de redução dos direitos trabalhistas como impulso para o desenvolvimento ou mesmo para o enfrentamento de uma possível crise econômica. A proposta do projeto, longe de atribuir robustez ao sistema de representação sindical, de forma plenamente inadequada, escancara a janela da retração de direitos pela via sindical.

Dizem os autores do projeto que não almejam a redução dos direitos dos trabalhadores, pretendendo, apenas, incentivar a autonomia negocial. No entanto, a autonomia negocial, para melhorar as condições sociais e econômicas dos trabalhadores, nunca deixou de existir. A negociação com este objetivo, aliás, sempre foi incentivada pelo Direito do Trabalho, desde a sua formação.

O projeto, portanto, se nada acrescenta neste aspecto, só pode servir mesmo para conferir a possibilidade de se reduzirem direitos, revitalizando o eufemismo da “flexibilização”, voltado, por exemplo, à divisão das férias, ao parcelamento do 13.º salário, à redução do intervalo para refeição e descanso e à ampliação das vias precarizantes como o banco de horas e as contratações por prazo determinado, que em nada fomentam o emprego ou incentivam a economia e ainda abrem uma porta extremamente perigosa para o incremento do comércio de gente, como a terceirização ou a intermediação das cooperativas de trabalho.

Mas, para se atingir esse “propósito específico” nem mesmo alterando a Constituição, vez que o artigo 7.º, que assegura o princípio da progressividade, estando inserido no capítulo dos direitos fundamentais, está integrado à cláusula pétrea.

Dentre os motivos apresentados para o advento do projeto está o da segurança jurídica para os negócios, mas a segurança jurídica jamais esteve ameaçada pelo Direito do Trabalho, respeitando-se, é claro, o pressuposto do respeito ao princí-

pio da progressividade. Regular diferentemente não é regular melhor e, ademais, a padronização fixada pelo Direito do Trabalho foi, e é, essencial para estabelecer limites precisos à concorrência, evitando o “dumping social” e o rebaixamento da condição humana.

Neste contexto, modernizar as relações de trabalho significa avançar no propósito específico do Direito do Trabalho que é o de melhor distribuir a renda produzida, buscando, em concreto: a elevação do nível salarial; a efetivação do direito fundamental à limitação da jornada de trabalho, com a eliminação da prática das horas extras e dos mecanismos de fraude, como o banco de horas; a redução da jornada de trabalho; a minimização dos riscos à saúde; a estabilidade no emprego; a efetiva participação dos trabalhadores na gestão das empresas; o incentivo à negociação coletiva voltada à ampliação dos direitos dos trabalhadores, instrumentalizada pelo exercício pleno do direito de greve, tal qual constitucionalmente previsto; e a democratização das relações sindicais.

Em termos de Direito do Trabalho, o moderno é compreender a necessidade do desenvolvimento constante de uma racionalidade efetivamente voltada ao resgate da dignidade humana, aprisionada que fora pela lógica produtiva concorrencial, pautada por interesses estritamente econômicos.

É fundamental que as entidades e os profissionais ligados ao Direito do Trabalho mantenham a vigilância sobre as tentativas de alterar o substrato legal que dá esteio aos Direitos Sociais como um todo. E, nesse sentido, qualquer projeto que ponha em risco o princípio básico da progressividade dos Direitos Humanos em geral, e trabalhistas, em particular, haverá de merecer o repúdio vivo e a militância ativa pela sua rejeição.

Esse é o compromisso assumido pelos abaixo-assinados, que, por dever de ofício, utilizarão os mecanismos jurídicos instituídos pelo Direito Social, para rechaçar toda e qualquer iniciativa que venha a desconsiderar a relevância dos valores promovidos pelo Direito do Trabalho.

De Brasília


Fotos: Arquivo Anamatra



ANAMATRA DEBATE COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO COM ADVOGADOS E AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO

Dirigentes da Anamatra estiveram reunidos no mês de agosto com advogados trabalhistas e auditores fiscais do trabalho para pedir apoio na defesa da competência penal da Justiça do Trabalho, especialmente em relação aos crimes relacionados ao trabalho escravo, conforme prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 327/2009.

“A Justiça do Trabalho tem a estrutura adequada para julgar as ações de competência penal que dizem respeito às relações de trabalho, como por exemplo o trabalho escravo”, defendeu o presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna. A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores fiscais do trabalho (Sinait) declarou seu apoio à Anamatra na questão da competência penal da Justiça do Trabalho. “Vamos trabalhar juntos. Podemos abraçar esta causa junto com vocês”, afirmou Rosângela Rassy.

Já o presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Jefferson Lemos Calaça, revelou não haver consenso na categoria quanto ao assunto, mas prometeu dar espaço para que a Anamatra exponha sua defesa em favor da PEC e da competência penal da Justiça do Trabalho. 

“A Justiça do Trabalho tem a estrutura adequada para julgar as ações de competência penal que dizem respeito às relações de trabalho, como por exemplo o trabalho escravo”

Renato Sant’Anna

ANAMATRA DISCUTE POLÍTICA REMUNERATÓRIA COM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO E MPU


A Anamatra recebeu na tarde do dia 9 o secretário-geral da Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Poder Judiciário e Ministério Público da União, Stanlei Carvalho Silva. No encontro, solicitado pela entidade de servidores e que contou com a participação do vice-presidente, Paulo Schmidt, e da juíza Luciana Conforti, integrante do Conselho Fiscal e presidente da Amatra 6 (PE), foi discutido o panorama político envolvendo os reajustes pretendidos pelo Poder Judiciário. 



Foto: Arquivo Anamatra


ANAMATRA PARTICIPA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EMPREGO E TRABALHO DECENTE

Foto: Arquivo pessoal



A juíza Sandra Bertelli, diretora de Direitos Humanos da Anamatra, representou a entidade na Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), realizada em Brasília. O evento tem por objetivo geral a promoção de um amplo debate no território nacional envolvendo a temática das políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção e promoção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente de 2010. O evento, que tem a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, reúne representações de

empregadores e de trabalhadores, bem como de outras organizações interessadas e comprometidas com a promoção do emprego e trabalho decente, autoridades e instituições governamentais. Os debates na CNETD foram divididos em grupos temáticos, entre eles o da proteção social, que contou com a participação da representante da Anamatra. Nele foram discutidos assuntos como a prevenção e erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, informalidade e migração para o trabalho. Durante os debates, Sandra Bertelli defendeu a responsabilidade penal do empregador que explora o mão de obra infantil, a competência da Justiça do Trabalho para autorizar o trabalho de menores e a não flexibilização do conceito de trabalho escravo (art.149 do Código Penal). Uma das sugestões dos participantes do grupo foi a utilização do juízo itinerante para enfrentamento do trabalho escravo.

A Conferência contou também com a participação dos juízes do Trabalho Rubem Junior (Amatra 5/BA) e Fausto Gaia (Amatra 17/ES). Sandra Bertelli também esteve presente na Conferência Estadual do Trabalho Decente de São Paulo, em novembro do ano passado. 

De Brasília

PRESIDENTE DA ANAMATRA PRESTIGIA LANÇAMENTO DO LIVRO DO MINISTRO GODINHO E DA PROFESSORA GABRIELA DELGADO

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 21, no Tribunal Superior do Trabalho, o lançamento do livro "Constituição da República e Direitos Fundamentais - Dignidade da Pessoa Humana, Justiça Social e Direito do Trabalho", de autoria do ministro Mauricio Godinho Delgado e da professora da Universidade de Brasília (UnB), Gabriela Neves Delgado. Os diretores de informática da Anamatra, Valter Pugliesi, e financeiro, Gilberto Martins, também prestigiaram o lançamento. A obra faz uma análise do Direito Constitucional e do papel que o Direito do Trabalho cumpre na Constituição de 1988. Para o ministro Godinho, a Constituição "dá uma importância exponencial ao Direito do Trabalho", através de princípios como o da dignidade da pessoa humana, da valorização do trabalho e do emprego e da subordinação da propriedade à sua função social e ambiental. "O Direito do Trabalho é a realização de todos esses princípios e é esse tipo de relacionamento e vinculação que procuramos ressaltar no livro", explicou. A professora Gabriela Delgado revelou que a obra é



Foto: Arquivo Anamatra

um conjunto de elaborações teóricas que foram construídas há cerca de um ano, mas que resultam de uma parceria intelectual de longo tempo dos dois autores. Ela defendeu que a interlocução entre o Direito Constitucional e do Trabalho é necessária e que "precisa ser feita permanentemente nos diversos órgãos jurídicos institucionais e na academia". O livro foi editado pela LTR Editora Ltda. e está à venda em todas as livrarias especializadas do país.

* Com informações e foto Ascom/TST

ANAMATRA COMPARECE AO LANÇAMENTO DO ANUÁRIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Foto: Aldo Dias/Ascom TST

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e o vice-presidente, Paulo Schmidt, prestigiaram na noite do dia 9 do lançamento do Anuário da Justiça do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho. Publicado pela revista Consultor Jurídico, o anuário, que contou com o apoio da Anamatra, apresenta a composição do TST e dos Regionais, traça um perfil do pensamento dominante em cada uma das Turmas e reproduz decisões eleitas destaque em cada Tribunal. Apresenta ainda um perfil do juiz do Trabalho. Para Sant'Anna, o anuário representa a abertura do Poder Judiciário que, na visão do magistrado, precisa se conhecer. "Não há segredo na Justiça Trabalhista, basta um trabalho como o que a Consultor Jurídico faz, de reunir dados e entregá-los à sociedade", afirmou o magistrado. Entre os assuntos trazidos pelo Anuário está o desafio da Justiça no julgamento de ações decorrentes de acidentes de trabalho – mais de 2,8 mil trabalhadores morreram em 2011. A publicação destaca a preocupação do Judiciário na prevenção desses acidentes, que culminou com o lançamento de uma campanha para conscientização de empregados e empregadores sobre o tema pelo TST, que tem a Anamatra e as Amatrás como entidades parceiras.

CNJ LANÇA PROGRAMA PELA VALORIZAÇÃO DO JUIZ



Foto: Ascom/CNJ

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, e a diretora de Comunicação da entidade, Cléa Couto, participaram no dia 10 em Belo Horizonte (MG) do lançamento do "Programa Valorização – Juiz valorizado, justiça completa", criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no último mês de junho.

O evento, que aconteceu na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3) e reuniu magistrados da região Sudeste, contou com a apresentação do conselheiro José Lúcio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ. Segundo o conselheiro, o objetivo do programa é promover a reflexão sobre os problemas que afetam negativamente a imagem do Judiciário brasileiro e apresentar propostas de políticas públicas para solucioná-los.

Para o presidente da Anamatra, a iniciativa do CNJ vai ao encontro dos objetivos da campanha da Anamatra "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado". "A ideia é mostrar o que já acontece, que é a acessibilidade que o cidadão tem em relação ao juiz do Trabalho", pontua o magistrado. A campanha prevê atendimento direto a comunidades, com juízes tirando dúvidas dos moradores em ambientes públicos e orientando sobre as providências que devem ser tomadas, a exemplo do que aconteceu na Bahia (leia mais nas págs. 12 e 13)

O encontro também contou com a participação do conselheiro do CNJ Jefferson Kravchychyn e de diversos magistrados, entre eles os presidentes da Amatra 1 (RJ), Áurea Sampaio, Amatra 2 (SP), Patrícia Ramos, Amatra 17 (ES), Wellington Andrade, e a vice-presidente da Amatra 3 (MG), Ângela Ribeiro.

Informações sobre a campanha "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado" podem ser obtidas no site: www.sempreaoseulado.com.br.

“A ideia é mostrar o que já acontece, que é a acessibilidade que o cidadão tem em relação ao juiz do Trabalho”

Renato Sant'Anna sobre a campanha da Anamatra "Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado"

Sempre ao seu lado

CAMPANHA “JUIZ DO TRABALHO: SEMPRE AO SEU LADO” CHEGA À BAHIA



Fotos: Arquivo Anamatra

Cerca de 30 juizes do Trabalho estiveram na manhã do dia 24 na comunidade Bairro da Paz na região metropolitana de Salvador (BA) para esclarecer dúvidas de empregados e empregadores. O atendimento é uma atividade da campanha “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado,” que promoverá mutirões em diversas cidades até junho de 2013. A Bahia é o segundo estado a receber o mutirão, que teve início no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

“Cheguei aqui com uma dúvida e ela foi esclarecida. O empregador sofre do mesmo mau do empregado. Comete erros por não ser orientado”, relatou Edson Santiago, dono de uma agência de turismo em Salvador. O mutirão reuniu também trabalhadores de outras regiões, a exemplo da bióloga Maíra Santos, de 22 anos, que tomou conhecimento do mutirão pelo twitter da Anamatra. “Peguei quatro ônibus, me perdi, mas vim aqui esclarecer uma dúvida. Com o que aprendi, agora sei o caminho a seguir para buscar os meus direitos”, disse.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, a experiência dos mutirões não representa apenas uma ação de orientação à comunidade, mas de aprendizado para o próprio magistrado. “Estamos aqui para aprender o que esquecemos quando ficamos em nossos tribu-

nais soterrados por processos, que é o fato de que atrás de cada processo existe uma pessoa. Isso é algo que o juiz não pode esquecer. Hoje renovamos o compromisso que temos com todos vocês”, disse.

O evento também contou com a participação das presidentes da Amatra 5 (BA), Ana Cláudia Scavuzzi, e do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargadora Vânia Chaves, que também destacaram a importância da iniciativa. “Os senhores estão assistindo a uma coisa inédita, que é o juiz sair do seu gabinete e estar aqui junto à comunidade passando informações”, disse a desembargadora. “Nosso ofício já permite isso, de estar perto da comunidade, pois somos uma justiça social”, completou Scavuzzi.

TJC

A iniciativa também contou com a presença dos alunos e professores do Colégio Estadual Satélite, localizado na comunidade, que receberam noções de deveres e direitos por meio de exposições dos juizes da Bahia, Rosemeire Fernandes, Soraia Gesteira e Agenor Calazans, do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC).

Sempre ao seu lado



Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado.



"Temperando com justiça a vida das pessoas."



"Construindo uma sociedade mais justa."



"Cuidando da saúde e segurança do trabalho."



"Fazendo seu direito chegar a você."

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO

www.sempreaoseulado.com.br

facebook.com/anamatra @anamatra

Sempre ao seu lado

PARTICIPAÇÃO DAS AMATRAS

Dirigentes de Amatras reuniram-se na tarde do dia 23 em Salvador (BA) para discutir a estratégia de divulgação da campanha da Anamatra “Juiz do Trabalho: sempre ao seu lado”. A reunião foi conduzida pela diretora de Comunicação da Anamatra, Cléa Couto. “Precisamos do envolvimento de todos nesta iniciativa para mostrar, efetivamente, que o juiz do Trabalho está próximo da sociedade”, disse.


Também participaram da reunião das Amatras as juízas Luciana Conforti (Amatra 6/PE) e Viviane Leite (Amatra 5/BA), do Conselho Fiscal da Anamatra, e representantes das Amatras 1 (RJ), 2 (SP), 3 (MG), 5 (BA), 6 (PE), 13 (PB), 14 (RO), 15 (Campinas e Região), 19 (AL) e 21 (RN). 



Foto: Arquivo Anamatra

ANAMATRA APRESENTA CAMPANHA AOS INTEGRANTES DO COLEPRECOR

Foto: Arquivo Anamatra



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, e o vice-presidente, Paulo Schmidt, estiveram presentes na reunião do dia 9 do Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor) no Tribunal Superior do Trabalho. Na ocasião, Sant’Anna apresentou aos colegas magistrados a campanha da Anamatra “Juiz do Trabalho: Sempre ao seu lado”. O espaço foi cedido pelo coordenador atual do Colégio, o desembargador do TRT-15 (Campinas e Região), Renato Burato.

“A ideia que queremos passar com esta campanha é mostrar o que já acontece, que é a acessibilidade que o cidadão tem em relação ao juiz do Trabalho. Queremos nos aproximar ainda mais da população”, revelou Sant’Anna.

O presidente da Anamatra também exibiu o cronograma da campanha e alguns materiais gráficos que a iniciativa contempla.

“Queremos prestar um serviço ao cidadão, com o juiz indo ali na comunidade, principalmente nas mais carentes, e escutando a população, esclarecendo dúvidas e trocando ideias”, disse o presidente da Anamatra. “Quero chama-los para refletir sobre esta campanha e a se juntarem a nós. Esta campanha é de todos os juizes do Trabalho”, finalizou Sant’Anna.

Após a exposição sobre a campanha “Juiz do Trabalho: Sempre ao seu lado”, o presidente da Anamatra esclareceu dúvidas e recebeu sugestões de alguns presidentes e corregedores. Ele também aproveitou para divulgar o site da iniciativa:

www.sempreaoseudado.com.br



COMISSÃO NACIONAL DOS JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA REÚNE-SE EM FOZ IGUAÇU




Foto: Arquivo Anamatra

A Comissão Nacional dos Jogos Nacionais da Anamatra reuniu-se no dia 24 de agosto em Foz do Iguaçu (PR). Na ocasião, foram discutidos o regulamento, a programação e a organização do evento esportivo, que será realizado na cidade de 31 de outubro a 3 novembro.

Os integrantes da comissão também realizaram visitas técnicas aos locais de competição e no hotel oficial do evento, o Bourbon Cataratas. A natação, o futebol society e o vôlei de praia serão na sede da AABB, o tiro esportivo acontecerá no 14º Batalhão da Polícia Militar


e as partidas de tênis no Centro Internacional de Tênis Iguaçu. Para facilitar o deslocamento dos participantes, haverá serviço de transfer entre os locais.

Participaram da reunião e das visitas técnicas o presidente da Amatra 9 (PR) e secretário-geral da Anamatra, Fabrício Nogueira, Leonardo Ely, do conselho fiscal da Anamatra, e os integrantes da comissão Valéria Rocha, Luiz Alves, Luzivaldo Ferreira, Antônio Garbuio, da Amatra 9, e Luis Eduardo Couto de Casado Lima, da Amatra 17 (ES). 

* Com informações e fotos Ascom Amatra 9 (PR)

1º ENCONTRO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO DO CENTRO-OESTE



O presidente da Anamatra, participou, no dia 24, em Bonito (MS), do I Encontro de Magistrados do Trabalho do Centro-Oeste. O evento teve como tema "O novo juiz do Trabalho e a modernidade" e foi promovido pelas Amatras e Escolas Judiciais do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás. O encontro também serviu de palcõpara o lançamento, na região Centro Oeste, do Programa Valorização – Juiz Valorizado, Justiça Completa, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entre propostas defendidas no evento esteve a do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, desembargador Tarcísio Valente, e do presidente da Amatra 23 (MT), Ivan Tessaro. A proposta engloba a padronização da remuneração dos magistrados de todos os segmentos do Judiciário, com a regulamentação das verbas indenizatórias da Lei Orgânica da Magistratura (Loman). 

1º FÓRUM NACIONAL DE NÚCLEOS DE CONCILIAÇÃO



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, proferiu palestra no dia 15 durante o 1º Fórum Nacional de Núcleos de Conciliação, evento realizado em São Paulo e organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP). O juiz abordou o tema A Conciliação na Justiça do Trabalho. O fórum teve como objetivo discutir a conciliação e proporcionar a troca de experiências entre os profissionais atuantes na área, visando à melhor prestação jurisdicional e também a uniformização de medidas no País.



TJC

TJC É EXECUTADO EM PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO SUL E ESPÍRITO SANTO

Várias foram as ações do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) nos estados brasileiros no mês de agosto. Em Pernambuco, foram percorridas seis instituições de ensino para o “tira-dúvidas” com os alunos que, agora, se preparam para o evento de encerramento deste ciclo 2012, agendado para novembro. Neste ciclo, a dedicação e o envolvimento dos alunos com o projeto foi tão boa, que a Amatra 6 chegou a convidar os alunos de uma das instituições de ensino atendidas, a Escola de Referência em Ensino Médio Clóvis Beviláqua, no bairro do Hipódromo, Zona Norte do Recife, para participar de uma ação educativa junto aos trabalhadores da Arena Pernambuco - estádio em construção no município de São Lourenço da Mata para sediar jogos da Copa do Mundo de 2014 -, voltada à prevenção dos acidentes de trabalho na construção civil.

No Rio Grande do Sul, a Amatra 4 (RS) promoveu a primeira aula para os professores e socioeducadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) em Porto Alegre. O TJC deve beneficiar todos os 550 adolescentes da instituição até o final deste ano. A abertura da primeira aula voltada a professores e socioeducadores da Fase ocorreu na sede da Amatra e contou com as presenças de seu presidente, Daniel Nonohay, da diretora da Associação e coordenadora do TJC na 4ª Região (RS), Carolina Gralha Beck, da presidente da Fase, Joelza Mesquita Andrade Pires, e do secretário da Justiça e dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira.

Já no Espírito Santo, o TJC chegou à cidade de Vila Velha no dia 27. O evento aconteceu no plenário do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES) e reuniu diversos estudantes, educadores e autoridades. A equipe do Programa no estado é composta pelos juízes Silvana do Egito Balbi, supervisora; Suzane Schulz Ribeiro; Cássio Ariel Moro; Wellington do Nascimento Andrade, presidente da Amatra 17, e pela desembargadora aposentada Maria Francisca dos Santos Lacerda.



*Com informações das assessorias das Amatras 4 e 6 e TRT-ES



FOZ DO IGUAÇU-PR

JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA 2012

DE 31 DE OUTUBRO A 3 DE NOVEMBRO



Caro(a) associado(a),

As inscrições para os Jogos Nacionais da Anamatra estão abertas!

Para participar, acesse www.jogosnacionais.com.br e clique em "Inscrição" no topo da página. Aqueles que desejarem fazer parte da "torcida" também devem se cadastrar no site, mas estão isentos do pagamento da taxa.

A taxa de participação, no valor de R\$ 250 por juiz(a)-atleta e acompanhante atleta, é emitida por boleto bancário, no ato da inscrição, e garante o acesso à festa de encerramento.

IMPORTANTE: não esqueça que, para participar em alguma modalidade, o(a) juiz(a)-atleta deverá ser associado(a) da Anamatra.

As modalidades coletivas que permitem fusão de Amatra são futebol e tênis de dupla (masculino e feminino).

A M Leal é a operadora oficial dos Jogos Nacionais e responsável pela comercialização de hospedagem, bilhete aéreo, transfer e passeios na região.

Telefone: (41) 3343-4300

E-mail: mleal@mleal.com.br

Esperamos por você!



Você sabia que...



Fonte: Wikipedia

A área das Cataratas do Iguaçu é um conjunto de cerca de 275 quedas de água no Rio Iguaçu, localizada entre o Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, no Brasil, e o Parque Nacional Iguazú em Misiones, na Argentina, fronteira entre os dois países. A área total de ambos os parques nacionais correspondem a 250 mil hectares de floresta subtropical e é considerada Patrimônio Natural da Humanidade.

O Parque Nacional argentino foi criado em 1934; e o Parque Nacional brasileiro, em 1939, com o propósito de administrar e proteger o manancial de água que representa essa catarata e o conjunto do meio ambiente ao seu redor. Os parques tanto brasileiro como argentino passaram a ser considerados Patrimônio da Humanidade em 1984 e 1986, respectivamente. Desde 2002, o Parque Nacional do Iguaçu é um dos sítios geológicos brasileiros.



Lembre-se que...

Para visitar o Paraguai e a Argentina é necessário portar passaporte válido ou carteira de identidade em bom estado de conservação, e que permita reconhecer claramente o titular. A apresentação do passaporte facilita os trâmites na fronteira com a Argentina. Carteiras funcionais **NÃO** são válidas para viagens ao exterior e travessia de fronteiras.

REALIZAÇÃO

IX Amatra
Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MAGISTRADOS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO